

A DIMENSÃO TEÓRICO-PRÁTICA DA FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: UM ESTUDO EM SISTEMA REESTRUTURADO

THE THEORITICAL-PRACTICE DIMENSION OF THE WORKER'S FORMATION: STUDY IN THE RESTRUCTURATED SYSTEM

Abreu, Claudia Barcelos de Moura¹
Duarte, Ana Carolina Soares²

RESUMO

O texto analisa as formas de apropriação de conhecimentos exigidos pelo novo contexto e toma como referência as mediações possíveis entre prescrição/conteúdo, formação/técnicas de gestão. Os trabalhadores, movidos por sua experiência e por suas elaborações, articulam conhecimentos e mantém uma relação teórico-prática no processo produtivo.

Palavras-Chave: Formação do trabalhador; Apropriação do conhecimento; Trabalho e educação.

ABSTRACT

The text analyzes the forms of appropriation of knowledge demanded from the new context and takes as reference the possible mediation between prescription/content, formation/management methods. The workers, moved by its experiences and elaborations, articulate knowledges and keep theoretical- practice relationship in the productive process.

Key-Words: worker's education; knowledge appropriation; work and educacion.

¹ Professora Adjunta do curso de Pedagogia da UNIFESP, campo de Guarulhos.

² Pedagoga da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a dimensão teórico-prática do trabalho a partir de dados de pesquisa coletados em empresa do complexo eletroeletrônico, especificamente, de linha branca, no ano de 2006, na região metropolitana da capital paranaense. A empresa estudada, ao longo das duas últimas décadas, sofreu processos de internacionalização de capital e reestruturação produtiva que geraram mudanças no interior da planta industrial e impactos no processo de trabalho e na qualificação dos trabalhadores ligados à produção. As formas de apropriação de conhecimentos exigidos pela nova organização do trabalho, por parte dos trabalhadores, são tomadas como fonte de reflexões e nos permitem avançar na compreensão de como o trabalho, na forma capitalista, revela a sua relação teórico-prática. Nesse sentido, entende-se trabalho como atividade consciente e planejada, subjetiva e objetiva, posto que é categoria fundante e explicativa na constituição da dimensão cultural, econômica e humana e condição *sine qua non* para a produção e transformação da existência humana.

Trabalho & Educação – vol. 17, nº 3 – set / dez – 2008

Partiremos, para essa compreensão, da idéia tomada por Sanchez Vasquez (1968) sobre atividade, a qual passa ser entendida como o ato ou conjunto de atos em virtude do qual um sujeito ativo (agente) modifica uma matéria prima de acordo com finalidades, uma vez que essas existem através do homem como produtor de sua consciência. Portanto, “toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade, finalidade que se sujeita ao curso da própria atividade” (SANCHEZ VASQUEZ, 1968, p.189) e que passa a ser expressão de certa atitude do sujeito em face da realidade.

Deste modo, o trabalho, como atividade prática humana, consiste em ir além da fixação e sobrevivência dos seres vivos com seu mundo ambiente, residindo, portanto, do momento essencialmente separatório que é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica, uma vez que o produto passa a ser o resultado de uma representação antecipada, isto é, de modo ideal (LUKÁCS, 1978).

A prática, revelada como atividade objetiva, não fala por si mesma e exige uma relação teórica com ela, haja vista que o trabalho é formado por posições teleológicas que, em cada oportunidade, põem em funcionamento séries causais e ao contrário da causalidade, que representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – posição sempre realizada por uma consciência – que, embora guiando-as em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais (LUKÁCS, idem).

Uma vez direcionada a uma finalidade,

(...) a atividade prática desenvolvida por um individuo é, por isso, simultaneamente, subjetiva e objetiva, dependente e independente de sua consciência ideal e material e tudo isso em unidade indissolúvel. O sujeito, por um lado, não prescinde de sua subjetividade, mas também não se limita a ela; é prático na medida em que se objetiva, e seus produtores são a prova objetiva de sua própria objetivação (SANCHEZ VASQUEZ, 1968, p. 242).

Dessa forma, a prática, não compreendida como mera atividade, aproxima-se do conceito de práxis, posto que depende cada vez mais de conhecimento teórico. Compreende-se, então, que não há pensamento fora da atividade humana e esta interação tem caráter material, concreto-sensorial, passível de verificação empírica, uma vez que provoca mudanças no objeto e, ao mesmo tempo, no sujeito (KUENZER, 2003).

Esse duplo e indissolúvel comportamento na atividade práxica que se realiza na prática como fundamento e finalidade da teoria e seu contrário, e na qual o sujeito se realiza, a práxis produtiva passa ser a práxis fundamental:

(...) porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidade e que só podem ser produzidos na medida em que se plasam neles finalidades ou projetos humanos como também no sentido de que na práxis produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo". (VÁSQUES, 1968, p. 197 e 198).

Se a atividade produtiva se constitui em um processo em que a teoria e prática apresentam-se imbricadas, interdependentes e reciprocamente determinantes, sob o modo de produção capitalista, a relação teoria e prática se apresenta de modo substancialmente diferente em razão da fragmentação do processo de trabalho e da conseqüente separação entre o trabalhador e o produto do trabalho (KLEIN, 2003).

FORMAS DE EXPROPRIAÇÃO DO SABER OPERÁRIO

Considerando que a característica fundamental do trabalho no modo de produção capitalista é sua divisão e fragmentação (Kuenzer, 1989), tanto o taylorismo como o pós-taylorismo³ reafirmam uma "nova forma de divisão do trabalho em que ocorre o parcelamento dos produtores, forma esta em que se dá uma separação entre a atividade mental e a manual entre os diferentes indivíduos" (IANNI, 1996, p. 46).

O distanciamento estabelecido entre funções instrumentais e intelectuais passa a se complexificar com o desenvolvimento tecnológico e científico aplicados às atividades no sistema produtivo. No histórico de construção e fortalecimento do capitalismo, na combinação entre os meios de produção capitalista e o trabalhador, surge a tecnologia incorporada na maquinaria, que delinea novas mediações no processo produtivo e para a força de trabalho demandando uma condição parcelar do trabalho, princípio esse assinalado pelo capitalismo como possibilidade ímpar de acumulação. Essa divisão impõe a crescente perda do controle do trabalho, assim como estabelece a problemática da alienação do trabalhador na produção capitalista.

Dessa forma,

(...) a tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolveram, portanto, por causa da sua eficácia produtiva em si, mas em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado; ou seja trabalho dominado por um objetivo que lhe era desconhecido. As técnicas capitalistas não visavam a maximizar a produção e a

³ Usaremos a expressão pós-taylorismo para denominar as formas de organização da produção que se estabeleceram após a crise do fordismo-taylorismo, porém, sem nominar modelos, mas como forma de caracterizar relações produtivas diversas.

produtividade em geral de trabalhadores quaisquer; elas eram concebidas a fim de maximizar a produtividade para o capital de trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem, já que os objetivos de sua produção eram ditados por vontade inimiga. Para obrigá-los a dobrarem-se a essa vontade era preciso que eles perdessem não somente a propriedade dos meios de produção mas também, na medida do possível, o controle sobre o funcionamento desses meios; quer dizer o poder - composto de habilidade de conhecimento profissional, de savoir-faire - de assegurar o funcionamento das máquinas por eles mesmos, sem o auxílio do enquadramento hierárquico formado por (...) um pessoal que, tecnicamente, a fábrica pode dispensar, mas cuja função política consiste em perpetuar a dependência dos operários, sua subordinação, sua separação dos meios e do processo de produção” (QUEROLA e PIGNON, 1989, p. 83).

Portanto, a racionalização, característica própria do modo de produção capitalista e movida pela sua lógica, passa a eliminar, senão conter, as propriedades qualitativas do trabalhador pela decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, fazendo a ruptura entre o elemento que produz e o produto do trabalho (ANTUNES, 2005).

Trabalho & Educação – Vol. 17, nº 3 – set / dez – 2008
A incorporação da tecnologia na produção, além da mudança nos pressupostos de qualificação do trabalhador, se por um lado indica um processo de extração de mais valia, seja pelo prolongamento da jornada de trabalho e/ou pelo aumento da produtividade, por outro assinala um redimensionamento na natureza do próprio trabalho, alterando o padrão de exigência técnica da força de trabalho e limitando a autonomia dos trabalhadores no processo produtivo.

Sob as determinações da automação baseada na eletromecânica que opera com equipamentos rígidos, cujo comando vem embutido na máquina, substitui-se e se esvazia a capacidade de reflexão dos operadores cujas funções se reduzem em abastecer a máquina, vigiá-la e executar operações tão simples e repetitivas que exigem capacidades humanas elementares (MACHADO, 1994). Com a aplicação da microeletrônica, a divisão do trabalho determinada também pelo aparato tecnológico modifica a forma de comando, uma vez que este se encontra externo às máquinas, agora flexíveis. Assim, apenas uma parcela de trabalhadores tem acesso à programação que necessita das capacidades de percepção e raciocínio, bem como do conhecimento do processo produtivo. De outro lado, permanecem os trabalhadores reduzidos a funções elementares de preparação e vigilância do equipamento, o que não resolve o problema do trabalho repetitivo e fragmentado (Machado, 1994). Essa expropriação se realiza também pela crescente objetivação do trabalho, isto é, pela transferência da atividade laboral do trabalhador para a máquina, processo esse que constitui o conteúdo das transformações tecnológicas produzidos pelo capitalismo (KLEIN, 2003).

À expropriação e à divisão do trabalho

(...) vem junto a própria deformação e mutilação do trabalhador, que é levado a desenvolver apenas uma parte de sua potencialidade, ao executar uma atividade específica durante todo o tempo, reprimindo o desenvolvimento de todas as outras aptidões de que é portador. Neste sentido, esta deformação atinge, indiscriminadamente, qualquer trabalhador parcial, desde aquele que executa, mas não concebe, até o outro que concebe, mas não executa (MACHADO, 1989, p. 21).

O esvaziamento do conteúdo do trabalho, que transforma os operários em meros prolongamentos da máquina e que impede o acesso e o domínio do saber científico e tecnológico que fundamentam o trabalho, aparece como estratégia vital para a

manutenção do domínio do capital e de sua reprodução ampliada (KUENZER, 1989).

Assim, para dominar o saber operário, bastou ao capital, eliminar do processo de trabalho a produtividade como uma atividade criativa. A divisão parcelar do trabalho e a automatização aboliram dos operários a consciência de sua soberania prática (IANNI, 1996; GORZ, 1982).

Tomada a soberania prática, o trabalho toma a forma do trabalho alienado, que como prática social, irá se opor à prática como atividade livre, universal plena de auto-criatividade (VIEGAS, 2002). A alienação, uma vez que engloba uma série de fatos ou fenômenos de ordem tanto subjetiva como objetiva (SANCHEZ VASQUEZ, 1968), situa-se na objetivação do sujeito, no produto de sua atividade e na ação inversa do objeto sobre o sujeito que se traduz no empobrecimento e submissão (SANCHEZ VASQUEZ, 1968).

Assim, “o operário se sente separado de seus produtos e das condições de seu trabalho porque objetivamente outro se apropria deles e determina essas condições” (SANCHEZ VASQUEZ, 1968, p. 439). O estranhamento evidenciado na forma capitalista de produção se legitima, uma vez que este se submete às determinações do patronato, imprimindo no produto especificações determinadas por outrem.

No entanto, na atividade produtiva e, portanto, nas condições de estranhamento que encerra privilegia-se, contraditoriamente, um posicionamento dos sujeitos, o que significa uma alienação ao mesmo tempo objetiva e subjetiva:

(...) por um lado subjetiva enquanto atividade de sua consciência, mas num sentido mais restrito é um processo objetivo na medida em que os atos ou operações que executa sobre um determinada matéria existente independente de sua consciência, de seus atos psíquicos (SANCHEZ VASQUEZ, 1968, p. 241).

Dessa forma, resta-nos entender como as transformações imputaram aos trabalhadores novas formas de relação com o trabalho, lembrando sempre que o movimento histórico contribuiu para o deslocamento tanto no campo conceitual quanto na prática a relação dos sujeitos com as suas atividades produtivas.

A OBJETIVAÇÃO DA DIVISÃO DO TRABALHO E DO ESTRANHAMENTO: A PRESCRIÇÃO DO TRABALHO, A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR, AS TÉCNICAS DE GESTÃO

O modelo taylorista/fordista de produção demandava para o trabalhador uma qualificação parcial e pragmática, reduzindo a necessidade de longos anos de escolarização, mas exigindo especialmente experiência, condição para inserção no mercado de trabalho. “Daí a primazia do saber tácito sobre o conhecimento científico, da prática sobre a teoria, da parte sobre a totalidade, do descaso com a formação profissional da educação, que também não mais fazia do que apresentar a sua prática para ser imitada” (KUENZER, 2003, s/p).

Assim, como forma de representação da qualificação, essa fica restrita ao âmbito das atividades práticas, exigindo do trabalhador a capacidade de repetir e memorizar procedimentos, a capacidade de aprender fazendo e a capacidade de realizar o trabalho produtivo com o mínimo de conhecimento científico. Depreende-

se, então, que a qualificação nesse momento histórico mostrava-se minimalista do ponto de vista do trabalhador, já que requeria apenas as capacidades de exercer um trabalho fragmentado.

Se antes o estranhamento estava dado pela condição parcelar do trabalho e pela função executora do trabalhador, na organização da produção na forma mais contemporânea do capital, o estranhamento passa a ser dado pelo envolvimento cooptado que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho (ANTUNES, 1995).

Aparecem, assim, os contornos firmados no capitalismo contemporâneo que se expressam na utilização de

(...) novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção, dos times de trabalho, dos grupos semi-autônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipulatória e que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado (...) isso faz aflorar o sentido falacioso da qualificação do trabalho, que muito freqüentemente assume a forma de uma manifestação mais ideológica do que uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter de seus trabalhadores, que devem entregar sua subjetividade à disposição do capital (ANTUNES, 2002, s/p).

Esse processo de alienação ou estranhamento toma um formato diferenciado e subjetivado na forma reestruturada de produção, uma vez que diminui a separação entre elaboração e execução pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas. Sendo assim, a subjetividade que emerge na fábrica ou nas esferas produtivas passa a ser a expressão de uma existência inautêntica e estranhada, posto que conta com uma maior participação nos projetos que nascem das discussões dos círculos de controle de qualidade, com maior envolvimento dos trabalhadores, cuja subjetividade que se manifesta encontra-se estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz (ANTUNES, 2002)⁴.

Nesse movimento de desenvolvimento científico e tecnológico, de inovações gerenciais e organizacionais, em que as atividades vão se tornando, aparentemente, simplificadas, posto a ocorrência da complexificação da ciência, alguns rearranjos evidenciam-se na formação do trabalhador, uma vez que o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da técnica, e de sua unificação no processo produtivo exige um novo princípio educativo na formação dos trabalhadores, que, a priori, deveria tomar “o trabalho como ponto de partida, concebido como atividade teórico-prática, síntese entre ciência, técnica e humanismo histórico” (KUENZER, 1989, p. 23).

O novo perfil de qualificação da força de trabalho põe exigências como

⁴ Conforme Marx (s/d, 168 e 169), “a relação do trabalhador ao trabalho gera a relação do capitalista (ou seja, qual for o nome que ao senhor do trabalho se quiser dar) também ao trabalho. A propriedade privada constitui, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador à natureza e a si mesmo” (...) Embora a propriedade privada surja como o fundamento, a causa do trabalho alienado consitui antes a consequência deste último.

posse de escolaridade básica, de capacidade de adaptação a novas situações, compreensão global de um conjunto de tarefas e das funções conexas, o que demanda capacidade de abstração e de seleção, trato e interpretação de informações. Como os (novos) equipamentos são frágeis e caros e como se advoga a chamada administração participativa, são requeridas também atenção e responsabilidade. Haveria também um certo estímulo à atitude de abertura para novas aprendizagens e criatividade para o enfrentamento de imprevistos. As formas de trabalho em equipe exigiriam ainda capacidade de comunicação grupal, denominada competências (MACHADO, 1994, p. 15) (grifos nossos).

Esse deslocamento estratégico do capital de remodelamento da produção repercute-se em novos conceitos sobre a qualificação, bem como reorganiza o mundo do trabalho juntamente com as relações nele embutidas. Nasce um novo padrão de produção, ainda que não universalizado, e muito menos igualmente reestruturado, colocando a necessidade de ajustamento do processo produtivo e de gestão do trabalho.

Conforme Offe,

(...) o espectro do conteúdo da qualificação da força de trabalho sofre uma mudança de forma: deve ser apreendida não uma capacitação concreta do trabalho, mas a própria capacidade de apreensão de sempre novos conteúdos relativos ao trabalho. O ponto central da demanda de qualificação encontra-se na formação de capacidades cognitivas que distinguem por um alto grau de generalidade e, conseqüentemente, pela fácil transferibilidade de uma tarefa para outra (OFFE apud BIANCHETTI e PALANGANA, 2000, s/p).

Surge, nesse ínterim, o chamado “trabalhador polivalente”, que designa aos sujeitos trabalhadores um trabalho mais variado com uma certa abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importando necessariamente mudança qualitativa das tarefas. Nesse sentido, a polivalência sujeita o conhecimento à mera instrumentação utilitarista e o trabalhador a processos de adaptação definidos por regras prescritas com anterioridade requerendo, todavia, habilidades e hábitos numa atividade prática. (MACHADO, 1994). Essas habilidades expressam-se em

(...) saber transferir e usar de forma versátil conhecimentos e experiências em diferentes oportunidades e situações; saber manipular instrumentos básicos úteis a um leque amplo de tarefas (cuja expressão cada vez mais banal é a familiaridade com as operações em computadores) e saber trabalhar em equipes, o que pressupõe hábitos de organização pessoal e habilidades de comunicação diferenciada (MACHADO, 1994, p. 20).

As empresas, em um movimento que parece estar se alterando significativamente, vêm buscando uma mão-de-obra mais escolarizada, investindo mais em qualificação e treinamento de seus trabalhadores.

Assim, o desenvolvimento do modelo de competências⁵, articulado no interior das empresas, representa não somente as inovações tecnológicas da base produtiva, mas irradia novos elementos organizacionais para o mundo do trabalho. Em novo contexto a questão da qualificação emerge composta por novos enfoques conectados a outras demandas do capital.

⁵ Uma vez que se desloca o perfil do trabalhador desloca-se, conceitualmente e praticamente, a qualificação, não mais representando, no modelo de competências, somente as mediações com as novas tecnologias, mas com os novos elementos organizacionais do mundo do trabalho. Surge, assim, o modelo de competências, que polissemicamente, comporta vários enfoques a esse respeito (cf. Roupé e Tanguy, 1997; Manfredi, 1998; Zarifian, 1998; Kuenzer; Arruda, 2000).

Segundo Zarifian (1998, s/p),

(...) el modelo de la competencia nace de un cambio en las organizaciones del trabajo y en las relaciones sociales en seno de las empresas. Tiene efectos importantes sobre los contenidos profesionales, pero estos efectos son indirectos. Este cambio es fácil de formular pero difícil de realizar: consiste en la superación de las organizaciones prescritas del trabajo. Significa el abandonar la prescripción de las operaciones del trabajo, de la manera de trabajar. La prescripción no desaparece de las organizaciones. Pero en vez de alcanzar el contenido del trabajo, lo hace a las misiones y los objetivos que le son dados a los equipos de asalariados y que ellos deben asumir.

Dessa forma, o modelo de competência implica em um distanciamento da noção do posto de trabalho, trabalhador tarefeiro e puramente técnico e aproxima-se da questão da flexibilização funcional e operacional e da polivalência do trabalhador, que ao contrário do modelo anterior, valoriza o aspecto individual e subjetivo, por adequar-se melhor ao novo padrão produtivo.

Assim, cheio de ramificações, o conceito de competência vai aderindo à tendência da individualização das capacidades dos sujeitos, representando não somente o saber fazer no trabalho, mas para além do saber da experiência e dos saberes científico-tecnológicos que implicam sua prática produtiva, o saber oriundo das atitudes comportamentais.⁶

Portanto, muito além de re-significar o conceito de qualificação, a competência impõe limites para os trabalhadores, esbarrando em processos de classificação conforme desempenho técnico e atitudinal de cada sujeito.

Segundo Kuenzer,

(...) a competência demandada pela base microeletrônica, embora exija conhecimentos teóricos, se objetiva na prática, na capacidade para um fazer transformador, posto que voltada para o enfrentamento de situações não previstas e, para enfrentar eventos o capitalismo fica a mercê do pensamento humano, que só se mobiliza a partir da adesão do trabalhador; daí a importância dada ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos no âmbito da acumulação flexível, incorporados ao conceito de competência; é preciso desenvolver mecanismos que levem o trabalhador a se dispor a pensar, a favor da acumulação do capital, e, portanto contraditoriamente, a favor da exploração de sua força de trabalho (KUENZER, 2004, s/p).

Sob essa ótica, a competência mostra-se como estratégia de exploração do trabalhador uma vez que utilizando a força de trabalho sugere camufladamente a necessidade dela mesmo adicionar novas exigências e novas demandas de qualificação para realimentar os processos de produção, e conseqüentemente reabastecer o capital.

Tanto o conceito de qualificação quanto o de competência trazem à tona uma discussão histórica a respeito das relações que o processo produtivo trava com o trabalhador, camuflando a dupla face do trabalho: sugere uma rigidez e um disciplinamento e retira a possibilidade de decisão e relação criativa com o trabalho.

⁶ Sobre competências conferir: Arruda, 2000; Tanguy e Roupé 1997; Manfredi, 1998; Silva, 2003 e 2004; Hirata, 2003; Frigotto, 1998.

Cresce, desse modo, a noção central posta no indivíduo de ser responsável pela eficiência no trabalho e pela instrumentalização de sua classificação no plano de cargos e salários da empresa e classificação social. A sua expressão mais acabada se revela na organização dos Círculos de Controle de Qualidade, nos programas *Kaizen*, que se constituem de grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir sobre o seu desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo menosprezava (ANTUNES, 1999).

O perfil esperado exige, portanto, uma nova configuração dos processos de qualificação, ainda que a qualificação definida pela empresa nem sempre coincida com os conhecimentos efetivamente mobilizados nos postos de trabalho. (LEITE e POSTHUMA, 1996). É possível perceber que,

(...) boa parte do esforço empresarial direcionado ao treinamento destinava-se a programas comportamentais ou motivacionais, que se caracterizam basicamente pela preocupação em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundidos com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados (...) o caráter disciplinador de tais programas era, portanto, evidente e estava presente mesmo nos casos em que os conteúdos relacionados às atitudes vinham mesclados com ensinamentos técnicos ou operacionais (LEITE, 2003, p. 81 e 82).

Nesse mesmo ritmo, os treinamentos⁷ de caráter comportamental e atitudinal tomam relevância uma vez que “não só os aspectos relacionados aos conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores dentro e fora da empresa tornam condição de permanência e entrada no mercado, mas também os comportamentais, a partir da própria valoração que a empresa faz desses aspectos na classificação dos trabalhadores” (LEITE e POSTHUMA, 1996, p. 65) e que objetiva a condição (subjetiva) dos trabalhadores em se comprometer com o trabalho.

Não obstante, cabe destacar que a escolarização básica passa a ser mais um requisito de entrada e/ou permanência no mercado que propriamente uma possibilidade de apropriação dos conteúdos nela ensinados.

Assim posto,

Assumindo a dimensão que o “acesso a informações técnicas por si, sem uma visão ampliada da realidade em suas várias dimensões não garante uma efetiva compreensão do trabalho que se executa e do mundo no qual a atividade humana está inserida” (MACHADO, 1994, p. 18) e de que todo o homem subsumido pela divisão do trabalho aparece unilateral e incompleto, posto que essa divisão torna real quando se apresenta como divisão entre o trabalho manual e o trabalho mental, porque aí se dá a possibilidade, ou melhor, a realidade de que a atividade instrumental e intelectual se apliquem a indivíduos distintos, (MANACORDA, 1991), temos a possibilidade contraditória colocada pelo próprio processo de qualificação e

⁷ Outra questão que desponta nos treinamentos são os programas de qualidade. Conforme Rachid e Gitahy (1995, p. 70) muitas empresas no Brasil têm buscado melhorar o nível educacional de sua mão de obra, seja a partir da elevação dos requisitos de escolaridade no recrutamento, como também através de cursos preparatórios para o CEP (Controle Estatístico do Processo) e para outros programas de qualidade e da organização de cursos supletivos.

trabalho dos sujeitos trabalhadores, qual seja: por mais que haja um tentativa de estancamento do saber do trabalhador esse ainda permanece impregnado de sua dimensão intelectual, uma vez que o trabalho, por mais monótono, fixo ou reiterado vem subjogado desta dimensão.

Portanto, a atividade dos sujeitos, ainda que não os situe no plano da totalidade do processo produtivo, aparece dotada de, pelo menos, um mínimo de conhecimento, que remete também a um estranhamento limitado.⁸

Assim, conforme Gramsci (1995, p. 07)

(...) quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda a intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.

No entanto, por mais que haja graus diversos de atividade intelectual, e que aquela configurada pelos trabalhadores não se trata de uma relação praxica no contexto do trabalho produtivo, tem-se que

(...) o operário ou proletariado, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais, sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico e de que mesmo a expressão de Taylor “gorila amestrado”, é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora (GRAMSCI, 1995, p. 7)

Certamente limitada pelas determinações do próprio contexto produtivo, a relação teórico-prática passa a ser entendida na dimensão contraditória habilitada pelo próprio capital possibilitando que, partindo do trabalho dos homens que estabelecem relações entre si na produção da existência, processo pelo qual se constitui a sua consciência, é inegável que o operário produz conhecimento, mesmo que tacitamente (KUENZER, 2002). Dessa forma, ao nível do trabalho concreto, a dicotomia dada pela divisão técnica e social existe, uma vez que todo o trabalho instrumental tem uma dimensão intelectual e vice-versa. Pode-se, contudo, restringir o aprendizado desta atividade à mera aquisição de um conjunto de modos de fazer em determinada seqüência, sem que haja a compreensão do processo como um

⁸ A origem do trabalho alienado está na relação social que essa organização se manifesta e sua fonte consta na divisão de classe, o que impossibilitaria pensarmos sua superação apenas pela via do domínio técnico-científico do trabalho, por parte dos trabalhadores. Assim, conforme Marx e Engels (2004, p. 23 e 24) “os vários estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam outras tantas formas diferentes de propriedade, em outras palavras, cada novo estágio da divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que toca à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho”. Deste modo, se a divisão do trabalho é, historicamente, exigida pelo processo de trabalho manufatureiro ou industrial, manifesta-se, conseqüentemente, o estranhamento do sujeito em relação ao processo de trabalho, uma vez que está na base do enfrentamento de classe e é o fundamento de uma limitação substancial do desenvolvimento do indivíduo. (Idem).

todo e tampouco a apropriação da ciência que a máquina incorpora (KUENZER, 1989).

A duplicidade possibilitada pelos processos de formação dos sujeitos e, portanto, da relação teórico-prática dos sujeitos trabalhadores no processo produtivo, surge na medida em que ao mesmo tempo em que a organização fabril retira a dimensão da totalidade de compreensão do trabalhador, por ainda manter a divisão técnica do trabalho, defronta-se com o fato de que os trabalhadores, movidos por sua experiência e por suas elaborações articulam conhecimentos e mantém uma relação, ainda que limitada, teórico-prática no processo produtivo.

Sem desconsiderar ou menosprezar o significado do processo de escolarização e treinamento dos sujeitos trabalhadores, é importante lembrar que a escola regular e os cursos de formação profissional acabam por reproduzir a mesma pedagogia da fábrica, que consiste basicamente em promover o aprendizado de um conjunto de operações parciais, muitas destas desconexas. Assim, ao considerar o caráter desqualificativo da pedagogia da fábrica, a escola aparece como a única alternativa aos trabalhadores para a apropriação dos instrumentos básicos da ciência e dos princípios teóricos e metodológicos socialmente construídos (KUENZER, 1988).

Em tese, afirma-se no discurso a necessidade de uma sólida e mais extensa escolarização “complementada por processos educativos que integrem, em todo o percurso formativo, conhecimento básico, conhecimento específico, sócio-histórico, ou seja, ciência, tecnologia e cultura” (KUENZER, 2004, s/p)

No entanto, a afirmação de que as novas demandas de formação, expressas pelo aumento da escolaridade e por uma formação contínua, aponta a precarização da formação escolar, reiterando “a cisão entre o trabalho intelectual, que compete a um menor número de trabalhadores – este sim com formação flexível resultante de prolongada e contínua formação de qualidade – e o trabalho instrumental, cada vez mais esvaziado de conteúdo”. (idem: s/p)

Desse modo, para finalizar as reflexões sobre a relação teórico-prática em um ambiente produtivo reestruturado, toma-se como pressuposto que um dos principais impactos ocorridos no mundo do trabalho sobre a educação do trabalhador é, sem dúvida, o estabelecimento de uma nova mediação entre homem e trabalho, que a priori, realizou-se na elevação dos processos de formação e na pretensa mobilização de conhecimentos científicos e tecnológicos nos postos de trabalho (redução da divisão intelectual e tarefa do trabalho e, conseqüentemente, da alienação do trabalhador).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES. R. (1995). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 1995.

ANTUNES. R. (1999). Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES. R. (2002). AS novas formas de acumulação e as formas contemporâneas de estranhamento (alienação). Cadernos do CRH. Salvador, v. 1, n. 37.

ANTUNES. R. (2005). O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo.

- BIANCHETTI, L. e PALANGANA, I. C. (2000). Sobre a relação histórica entre Escola e Sistema Produtivo: desafios qualificacionais. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2.
- GORZ, Andre. (1982). Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro: Forense.
- GRAMSCI, A. (1995). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- IANNI, O. (1996). O mundo do trabalho. In: FREITAS, M. C. A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. São Paulo: Cortez.
- KLEIN, L. R. (2003). Trabalho, educação e linguagem. Educar em Revista. Curitiba, v. 1, n. Ed. Especial.
- KUENZER, A. Z. (1988). Educação e trabalho: questões teóricas. In: KUENZER, A. Z, FRANCO, M. L.; VERHINE, R.; RAMIREZ, F. Educação e trabalho. Salvador: Fator.
- KUENZER, A.. (2002). Princípios para o desenvolvimento pedagógico da REPAR. Mimeografado.
- KUENZER, A.. (2003). As relações entre conhecimento tácito e conhecimento científico a partir da base microeletrônica: primeiras aproximações. Educar em Revista. Curitiba: UFPR.
- KUENZER, A.. (2004). Competências como práxis: os dilemas entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 30.
- LEITE, M. P. (2003). Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- LEITE, M. P. e POSTHUMA, A. C. (1996). Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. In: São Paulo em perspectiva, 10 (1).
- LUKÁCS, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade humana. Temas de Ciências Humanas, n. 4. Tr. C. N. Coutinho. São Paulo: Livraria Edutora Ciências Humanas.
- MACHADO, L. R. S. (1994). Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L. R. S. Trabalho e educação. São Paulo: Papirus.
- MACHADO, L. R. S.. (1989). Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez: Autores Associados,
- MANACORDA, M. A. (1991). Marx e a pedagogia moderna. São Paulo: Cortez.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. (s/d).Textos filosóficos. Edições 70.
- MARX, K. e ENGELS, F. (2004).Textos sobre educação e ensino. São Paulo: Centauro.
- PIGNON, D. e QUEROLA, J. (1989). O despostismo da fábrica e suas conseqüências. In: GORZ, A. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes.
- RACHID, A. e GISTHAY, L. (1995). Programas de qualidade, trabalho e educação. In: Em aberto. Brasília, ano 15, nº 65 jan/mar.
- VASQUEZ, A. S. (1968). Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIEGAS, M. F. (2002). Apontamentos sobre a categoria práxis na teoria crítica. In: Perspectiva, Florianópolis, v. 20, n. 02, jul./dez.
- ZARIFIAN, P. (1998). El modelo de la competencia y sus consecuencias sobre el trabajo y los oficios profesionales. Palestra apresentada no Rio de Janeiro, CIET. Tradução: Mariana Vlahussich.